

RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.851 - MT (2018/0186649-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRENTE : A. L. DE MIRANDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE : A. MANOELLA M. PEREIRA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE : EDINEIA GOMES DE SOUZA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE : MARIA APARECIDA DE SOUSA CRUZ EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REPR. POR : CASE ADMINISTRACAO JUDICIAL EIRELI - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : EUCLIDES RIBEIRO S JUNIOR E OUTRO(S) - MT005222
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - MT007680
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : WILLIAM CARMONA MAYA E OUTRO(S) - SP257198

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO – SUSPENSÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS E DAS AÇÕES EM CURSO – EVIDENTE NATUREZA DE DIREITO MATERIAL – NÃO APLICAÇÃO DO ART. 219 DO CPC/2015 – CONTADO EM DIAS *stay period* CORRIDOS E NÃO ÚTEIS – VALOR DA CAUSA – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSE PONTO PROVIDO.

Com o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende-se o curso da prescrição e de todas as Ações e Execuções contra a recuperanda, a fim de viabilizar o soerguimento da empresa até a realização da Assembleia Geral de Credores, o que evidencia sua natureza de direito material, devendo o ser contado em dias *stay period* corridos e não em dias úteis em razão da inaplicabilidade do art. 219 do CPC/2015, reservado apenas aos prazos processuais.

Alega-se violação dos artigos 219 do Código de Processo Civil e 6º, § 4º, da Lei 11.101/05, sob o argumento de que o período de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão das ações e execução em face da empresa que tem deferido o processamento

da recuperação judicial deve ser contado em dias úteis.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local, no exame de recurso interposto contra decisão que concluiu ser em dias corridos o prazo de suspensão previsto no artigo 6º, § 4º, da Lei 11.101/05, manteve a conclusão de "que essa suspensão do direito dos credores em cobrar a recuperanda deve ter prazo certo, apenas até a deliberação do plano, para que se resguarde a segurança jurídica no processamento das recuperações judiciais, não estendendo esse período para além do necessário, até mesmo porque a lei estabelece que ele é improrrogável, e só em casos excepcionalíssimos a jurisprudência admite a sua extensão para mais dos 180 dias.

Logo, o prazo deve ser contado em dias corridos" (e-STJ, fl. 102).

Já decidi esta Corte que tal prazo deve ser mesmo computado em dias corridos, notadamente à vista dos princípios da celeridade e economia que regem o processo recuperacional.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADVENTO DO CPC/2015. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. FORMA DE CONTAGEM DE PRAZOS NO MICROSSISTEMA DA LEI DE 11.101/2005. CÔMPUTO EM DIAS CORRIDOS. SISTEMÁTICA E LOGICIDADE DO REGIME ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA.

1. O Código de Processo Civil, na qualidade de lei geral, é, ainda que de forma subsidiária, a norma a espelhar o processo e o procedimento no direito pátrio, sendo normativo suplementar aos demais institutos do ordenamento. O novel diploma, aliás, é categórico em afirmar que "permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, as quais se aplicará supletivamente este Código" (art. 1046, § 2º).

2. A Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101/2005), apesar de prever microssistema próprio, com específicos dispositivos sobre processo e procedimento, acabou explicitando, em seu art. 189, que, "no que couber", haverá incidência supletiva da lei adjetiva geral.

3. A aplicação do CPC/2015, no âmbito do microssistema recuperacional e falimentar, deve ter cunho eminentemente excepcional, incidindo tão somente de forma subsidiária e supletiva,

desde que se constate evidente compatibilidade com a natureza e o espírito do procedimento especial, dando-se sempre prevalência às regras e aos princípios específicos da Lei de Recuperação e Falência e com vistas a atender o desígnio da norma-princípio disposta no art. 47.

4. A forma de contagem do prazo - de 180 dias de suspensão das ações executivas e de 60 dias para a apresentação do plano de recuperação judicial - em dias corridos é a que melhor preserva a unidade lógica da recuperação judicial: alcançar, de forma célere, econômica e efetiva, o regime de crise empresarial, seja pelo soerguimento econômico do devedor e alívio dos sacrifícios do credor, na recuperação, seja pela liquidação dos ativos e satisfação dos credores, na falência.

5. O microssistema recuperacional e falimentar foi pensado em espectro lógico e sistemático peculiar, com previsão de uma sucessão de atos, em que a celeridade e a efetividade se impõem, com prazos próprios e específicos, que, via de regra, devem ser breves, peremptórios, inadiáveis e, por conseguinte, contínuos, sob pena de vulnerar a racionalidade e a unidade do sistema.

6. A adoção da forma de contagem prevista no Novo Código de Processo Civil, em dias úteis, para o âmbito da Lei 11.101/05, com base na distinção entre prazos processuais e materiais, revelar-se-á árdua e complexa, não existindo entendimento teórico satisfatório, com critério seguro e científico para tais discriminações. Além disso, acabaria por trazer perplexidades ao regime especial, com riscos a harmonia sistêmica da LRF, notadamente quando se pensar na velocidade exigida para a prática de alguns atos e na morosidade de outros, inclusive colocando em xeque a isonomia dos seus participantes, haja vista a dualidade de tratamento.

7. Na hipótese, diante do exame sistemático dos mecanismos engendrados pela Lei de Recuperação e Falência, os prazos de 180 dias de suspensão das ações executivas em face do devedor (art. 6º, § 4º) e de 60 dias para a apresentação do plano de recuperação judicial (art. 53, caput) deverão ser contados de forma contínua.

8. Recurso especial não provido.

(REsp 1699528/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/06/2018)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

